



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
DARQ – DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA  
ANDREIA SILVA ANDRADE RAVANI**

**ARQUEOLOGIA PREVENTIVA E OS IMPACTOS SOBRE OS  
BENS ARQUEOLÓGICOS NO SÍTIO VILA DE SANTO ANTÔNIO,  
ÁREA DA IGREJINHA, PORTO VELHO, RO.**

**Porto Velho  
2017**



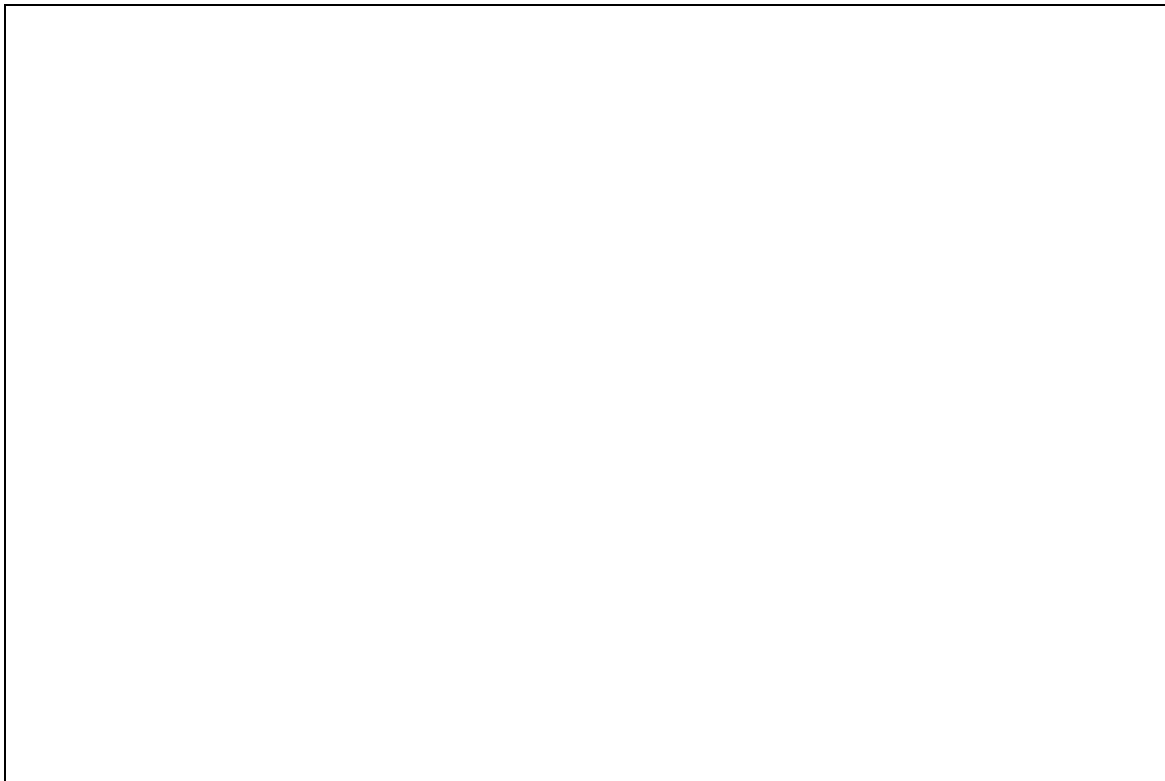
**ANDREIA SILVA ANDRADE RAVANI**

**ARQUEOLOGIA PREVENTIVA E OS IMPACTOS SOBRE OS  
BENS ARQUEOLÓGICOS NO SÍTIO VILA DE SANTO ANTÔNIO,  
ÁREA DA IGREJINHA, PORTO VELHO, RO.**

**Orientadora: Prof. Dra. Juliana Rossato Santi.**

Monografia de conclusão do curso de  
Arqueologia pela Universidade Federal  
de Rondônia.

**Porto Velho  
2017**



Ficha catalográfica elaborada por  
Nome do(a) bibliotecário(a) e número do CRB  
Biblioteca Central da UNIR

---

© 2017

Todos os direitos autorais reservados a Eclésia Gonçalves do Nascimento. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Campus BR 364, Km 9,5, Zona Rural, CEP: 76801-059 - Porto Velho – RO

Fone: (69) 2182-2100

E-mail: [arqueologia@unir.br](mailto:arqueologia@unir.br)



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
DARQ – DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia intitulada:

**ARQUEOLOGIA PREVENTIVA E OS IMPACTOS SOBRE OS  
BENS ARQUEOLÓGICOS NO SÍTIO VILA DE SANTO ANTÔNIO,  
ÁREA DA IGREJINHA, PORTO VELHO, RO.**

elaborada por  
**Andréia Silva Andrade Ravani**

como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Bacharel em Arqueologia**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Dra. Juliana RossatoSanti - UNIR**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Ma. Valéria Cristina Ferreira e Silva - UNIR**  
(Membro)

---

**Arqueóloga Laura Nisinga Cabral - UNIR**  
(Membro suplente)

Porto Velho, 01 de setembro de 2017.



*“Tão natural como a luz do dia...” (Charlie Brown).*

*A minha filha, Jhully Hevelen Andrade Ravani.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, amiga, professora Dra. Juliana Rossato Santi, por ter me orientado a desenvolver esse trabalho, na perspectiva de ajudar a compreender todo o desenvolvimento da evolução humana através do passar do tempo, com as mudanças da paisagem e o meio ambiente.

Agradeço a essas pessoas que são muito especiais em minha vida, minha mãe Nilza Silva Andrade e ao meu pai Raimundo Andrade Neto, por terem acreditado em mim, sempre procurando me ajudar no que fosse necessário, principalmente dando apoio moral e força para não desistir nunca dos meus sonhos nas horas mais difíceis dessa caminhada e sempre me apoiando nas minhas escolhas. E a toda minha família que sempre estiveram ao meu lado, Andres Richard, Andrômeda, Klicia, Domingos, Walter Arthur e principalmente, aos meus amores, Robson Rogério Ravani marido e pai exemplar, determinado e acima de tudo super paciente, parceiro e companheiro de uma longa e eterna caminhada. A minha única filha Jhully Hevelen Andrade Ravani a qual sempre me inspirou por sua doçura, delicadeza, responsabilidade, dedicação, educação e compreensão na hora das minhas ausências.

Aos meus professores Carlos Augusto Zimpel, Valéria Cristina F. Silva, que lutaram juntamente com todos os alunos dessa primeira turma de 2009 para estruturar esse curso para que pudéssemos conseguir a qualificação e conclusão do curso. Em especial ao professor Dr. André Penin que nos deixou no meio dessa caminhada, para continuar nos ajudando de outro lugar, sempre estando presente em nossas lembranças e servindo de inspiração cada um de nós, com sua força de vontade em formar futuros arqueólogos competentes. A todos os professores que contribuíram com nosso aprendizado no decorrer desses anos.

A todos que me ajudaram nessa caminhada, acreditando que um dia seria capaz de concluir esse curso em especial a minha amiga Natiele Pessoa de Souza, pois nos conhecemos na primeira matrícula e nunca mais deixamos

uma a outra desistir em virtude das dificuldades que passamos, sempre dando força uma para outra, a todos os meus colegas e amigos de classe que não desistiram nesse decorrer de tempo, e que sempre estivemos juntos em tudo que fizemos desde um simples trabalho de sala de aula até nossas escavações, a todos os amigos que conheci nessa caminhada de estágios, pois cada uma dessas pessoas que conheci teve sua parcela de contribuição para a conclusão desse trabalho, diretamente ou indiretamente.

## RESUMO

Este trabalho teve como proposta detectar os principais fatores causadores de impacto sobre os bens arqueológicos históricos do sítio arqueológico Vila de Santo Antônio, mais especificamente na área adjacente à igrejinha, Porto Velho RO, de modo a orientar estratégias preventivas para a preservação e estudo do patrimônio arqueológico de uma região que sustentou uma multiplicidade de culturas, através de processos e particularidades que ainda estão sendo desvendados. Salientamos ainda que os impactos relatados aqui dizem respeito somente aos verificados após a implantação da Usina de Santo Antônio, visto que entendemos que existem processos naturais de impactos em um sítio arqueológico. Pretendemos chamar a atenção para o abandono dessas questões de preservação após a conclusão de um trabalho, seja pelo arqueólogo mesmo, seja pelo empreendedor e ainda pelo próprio Estado.

Palavras-chave: Arqueologia; História; Porto Velho; Gestão; Contrato.



## ABSTRACT

This work aimed to detect the main factors that have an impact on the historical archaeological sites of the archaeological site Vila de Santo Antônio, specifically in the area adjacent to the Igreja, Porto Velho RO, in order to guide preventive strategies for the preservation and study of heritage Archeology of a region that sustained a multiplicity of cultures, through processes and particularities that are still being unveiled. We also point out that the impacts reported here relate only to those verified after the implementation of the Santo Antônio Plant, since we understand that there are natural processes of impacts at an archaeological site. We want to call attention to the abandonment of these preservation issues after the completion of a work, be it by the archaeologist himself, the entrepreneur and even the State itself.

Keywords: Archeology; History; Porto Velho; Management; Contract agreement.

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>6</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>8</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>9</b>
<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>10</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1. CAPÍTULO I – BREVE RELATO SOBRE O ENTENDIMENTO DOS CONCEITOS QUE ENVOLVEM A SOCIEDADE, MUDANÇAS NA PAISAGEM E HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA.</b> <b>16</b>	
1.1 AS SOCIEDADES, AS MUDANÇAS NA PAISAGEM E O REGISTRO ARQUEOLÓGICO. ....	16
1.2 BREVE HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA NA AMAZÔNIA.....	18
1.3 BREVE HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NO BRASIL. ....	21
1.4 BREVE RELATO SOBRE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO SEGUNDO LEGISLAÇÃO.....	22
<b>2. CAPÍTULO II - ARQUEOLOGIA PREVENTIVA NO SÍTIO VILA DE SANTO ANTÔNIO: PAISAGEM E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO.....</b>	<b>28</b>
2.1 O SÍTIO ARQUEOLÓGICO VILA DE SANTO ANTÔNIO: A IGREJINHA E ÁREAS ADJACENTES. ....	28
2.2 ARQUEOLOGIA PREVENTIVA NO SÍTIO VILA DE SANTO ANTÔNIO. ....	31
2.3 PAISAGEM ARQUEOLÓGICA DO SÍTIO VILA DE SANTO ANTÔNIO ÁREA DA IGREJINHA: MODIFICAÇÕES ATUAIS. ....	35
2.4 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO SÍTIO VILA DE SANTO ANTÔNIO ÁREA DA IGREJINHA: IMPACTOS. ....	62
<b>3. CAPÍTULO III - SÍTIO VILA DE SANTO ANTÔNIO ÁREA DA IGREJINHA: EM DEFESA DOS BENS ARQUEOLÓGICOS. ....</b>	<b>66</b>
3.1 AÇÕES EM DEFESA DOS BENS ARQUEOLÓGICOS NO SÍTIO VILA DE SANTO ANTÔNIO .....	66
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>75</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista da entrada durante os estudos em 2012. Foto: Ney Gomes. ....	38
Figura 2- Entrada após as obras de recuperação e revitalização. Foto: Andrea Ravani. .....	39
Figura 3– Vista da entrada e da área escavada em 2012. Fonte: Ney Gomes (2012). 40	
Figura 4– Vista da entrada e das obras realizadas. Foto: Andreia Ravani.....	40
Figura 5- Estrutura 1: piso evidenciado nas escavações de 2012. Foto: Ney Gomes. 41	
Figura 6– Área da estrutura 1 em 2017. Foto: Andreia Ravani. ....	42
Figura 7– Piso com acumulo de água da chuva em 2012. Foto: Ney Gomes. ....	43
Figura 8 – Cobertura do piso antigo com TNT e areia grossa lavada respectivamente. Foto: Ney Gomes. ....	44
Figura 9- TNT exposto, Foto: Andreia Ravani. ....	44
Figura 10– TNT usado em 2012 exposto e desgastado, Foto: Andreia Ravani. ....	45
Figura 11– Pesquisadora mostrando o TNT e seu entorno, Foto: Andreia Ravani. ....	45
Figura 12 - Área onde um alinhamento de tijolos foi evidenciado, Fonte: Gomes (2012). .....	46
Figura 13- Espaço sem identificação da estrutura de tijolos escavada em 2012, Foto: Andreia Ravani. ....	47
Figura 14– Área para abertura do solo em 2012, Fonte: Scientia (2012). ....	48
Figura 15– Área das escavações após as obras em 2017, Foto: Andreia Ravani. ....	49
Figura 16- Retirada do calçamento da frente da Igrejinha da Vila de Santo Antônio, Fonte: Scientia (2012). ....	50
Figura 17– Calçamento na frente da igrejinha de Santo Antônio. Foto: Andreia Ravani. .....	50
Figura 18– Outra perspectiva do calçamento. Foto: Andreia Ravani. ....	51
Figura 19– Parte interna da igrejinha de Santo Antônio, Foto: Andreia Ravani.....	52
Figura 20– Parte interna superior da igrejinha de Santo Antônio. Foto: Andreia Ravani. .....	52
Figura 21– Lateral externa da igrejinha de Santo Antônio. Foto: Andreia Ravani. ....	53
Figura 22– Pintura sobreposta na lateral da igrejinha, Foto: Andreia Ravani. ....	53
Figura 23– Lixeira com restos de telhas e vidros, Foto: Andreia Ravani. ....	54
Figura 24– Centro de Cultura Indígena em destaque, Fonte: Scientia (2012). ....	55
Figura 25– Prédio centro cultural indígena. Foto: Andreia Ravani. ....	56
Figura 26– Modelo 1, posto de expedições de Rondon. Foto: Andreia Ravani. ....	57
Figura 27– Prédio dos banheiros. Foto: Andreia Ravani. ....	57
Figura 28– Modelo de posto telegráfico. Foto: Andreia Ravani. ....	58
Figura 29– Construção da oca. Foto: Andreia Ravani. ....	58
Figura 30– Salões expedições paz e fronteiras e postos telegráficos. Foto: Andreia Ravani. ....	59

Figura 31– Salão cinematógrafo. Foto: Andreia Ravani. ....	60
Figura 32- Salão de exposições arqueológicas. Foto: Andreia Ravani. ....	60
Figura 33– Entrada do salão de exposições arqueológicas. Foto: Andreia Ravani. ....	61
Figura 34– Placas de sitio arqueológico. Foto: Andreia Ravani. ....	62

## INTRODUÇÃO

Atualmente, a exemplo do que ocorreu em outros países, a pesquisa arqueológica levada a cabo no Brasil é predominantemente realizada por contrato de prestação de serviços. O termo arqueologia de contrato foi introduzido como decorrência do surgimento de um mercado de trabalho que pressupunha para o arqueólogo, como já ocorria com outras profissões, a existência de padrões ou de clientes, e atualmente também denominada de Arqueologia Preventiva.

Este trabalho tem como proposta detectar os principais fatores causadores de impacto, que decorrem de uma mudança na paisagem, sobre os bens arqueológicos históricos do sítio arqueológico Vila de Santo Antônio, área adjacente a igreja RO, de modo a orientar estratégias preventivas para a preservação e estudo do patrimônio arqueológico de uma região que sustentou uma multiplicidade de culturas, através de processos e com particularidades que ainda estão sendo desvendados. Salientamos ainda que os impactos relatados aqui dizem respeito somente aos verificados após a implantação da Usina de Santo Antônio, visto que entendemos que existem processos naturais de impactos em um sítio arqueológico. Pretendemos chamar a atenção para o abandono dessas questões de preservação após a conclusão de um trabalho, seja pelo arqueólogo mesmo, seja pelo empreendedor e ainda pelo próprio Estado.

Dentro deste contexto, os estudos ligados a Arqueologia Preventiva realizados no sítio em questão, foram analisados na tentativa de avaliar a metodologia utilizada, e a documentação gerada durante os estudos (EIA/RIMA), durante a etapa denominada como monitoramento, onde houve o resgate de materiais arqueológicos históricos, advindos do Projeto de Arqueologia Preventiva e protocoladas no IPHAN, e os resultados gerados, levantando dados que darão conta de demonstrar aspectos de modificação da paisagem arqueológica e possíveis impactos causados nos bens patrimoniais.

Após identificar os possíveis impactos que ocorreram e a modificação da paisagem no sítio Vila de Santo Antônio área adjacente à Igreja, causados

pela construção da UHE, foi sugerida possíveis ações mitigatórias para minimizar os processos nocivos à preservação desse patrimônio arqueológico.

Conforme Leno (2011) o sítio Vila de Santo Antônio está localizado na margem direita do Rio Madeira, na periferia de Porto velho, a 7 km do centro da capital. Historicamente, foi um dos primeiros núcleos de ocupação colonial do Alto Madeira e teve início como missão jesuítica no séc. XVIII chegando ao ápice populacional durante a construção da E.F.M.M. Muitos imigrantes de diversas nacionalidades e regiões fizeram parte deste cenário que compôs a antiga Vila, e deixaram neste local seus vestígios materiais. As obras de construção da Capela de Santo Antônio de Pádua duraram cerca de cinco anos para ser concluída. O terreno fora comprado com donativos arrecadados dos fiéis. Em julho de 1914, a Igrejinha estava quase concluída. O altar assentava sobre um grande estrado de cedro, todo corpo da igreja ladrilhado, os esteios forrados de madeira marmorizada formando elegantes colunas e uma sacristia ao lado.

Estudos em Arqueologia Histórica na região de Porto Velho são recentes e tem sido realizado a partir de 2005, inicialmente com o levantamento preliminar na área de abrangência da AHE Santo Antônio, efetuado por pesquisadores do Museu Goeldi segundo Marques 2005 e posteriormente com desenvolvidas por arqueólogos ligados ao Projeto de Arqueologia Preventiva na UHE Santo Antônio, desde 2008. O trabalho realizado em 2005 salienta o potencial do Sítio Arqueológico Vila de Santo Antônio, enfatizando a presença de vestígios remanescentes de diferentes períodos de seu processo histórico, como implantação, auge e decadência, caracterizando-se como um sítio arqueológico de grandes dimensões conforme Marques 2005. Após estes estudos podemos citar ainda o trabalho de Mestrado realizado por Gomes (2013) junto a Universidade Federal do Pará, e a monografia de TCC que está sendo finalizada por Nascimento (2017) pela Universidade Federal de Rondônia, encerrando-se até o momento estudos arqueológicos voltados para o Sítio Vila de Santo Antônio.

No desenvolvimento dessa Monografia a dividimos em três capítulos. No capítulo I foi feita uma abordagem sobre as sociedades e como entendemos

por mudanças da paisagem. Já no capítulo II, apresentaremos aspectos da arqueologia preventiva no Sítio Vila de Santo Antônio, Paisagem e patrimônio arqueológico. E no capítulo III, abordaremos sobre Arqueologia preventiva no Sítio Vila de Santo Antônio, em defesa dos bens arqueológicos apresentando várias características encontradas durante a pesquisa.

## **1. CAPÍTULO I – Breve relato sobre o entendimento dos conceitos que envolvem a sociedade, mudanças na paisagem e história da arqueologia.**

### **1.1 As sociedades, as mudanças na paisagem e o registro arqueológico.**

Percebe-se que os estudos dos registros arqueológicos deixados por nossos antepassados no decorrer dos tempos, evidenciaram que cada vez mais o ser humano procurava de forma direta ou indireta lugares para se fixar. Lugares que podem demonstrar as atividades culturais do grupo aliadas a escolhas paisagísticas que podem estar associadas à disponibilidade de recursos ambientais e ou culturais (baseados na tradição do grupo). Lugares estes que se tornam posteriormente o local de estudo do arqueólogo, sobre a dada sociedade, o registro arqueológico.

De acordo com o que foi apresentado por Schiffer (1972), o registro arqueológico é fruto tanto do comportamento humano como reflexo de atividades sociais, quanto dos processos naturais. Portanto, os resquícios apresentados nas pesquisas não são *sistemas culturais fossilizados*, sendo que os artefatos são suscetíveis a uma cadeia de processos culturais e não-culturais que decorrem entre o intervalo de tempo que foram manufaturados, utilizados, descartados e, em seguida, demonstrados nas pesquisas arqueológicas. No entanto, não se pode dispensar do objetivo final da Arqueologia que é o comportamento humano.

Segundo Gojda (2001) e Raczkowski (2001) o sentido dado à paisagem vem crescendo nas pesquisas arqueológicas. Diferentes pontos são desenvolvidos, principalmente os relativos à distribuição espacial dos sítios arqueológicos; uso e ocupação dos lugares em termos diacrônicos; formação do registro arqueológico; subsistência e apropriação de recursos; aspectos culturais e de identidade; paisagem e relações de poder; patrimônio arqueológico e suas políticas de gestão, entre outras máximas da Arqueologia.



Vale ressaltar ainda os conceitos que já foram amplamente debatidos na Antropologia, como por exemplo, difusão, evolução, possibilismo ou determinismo ambiental, identidade, etc.

A paisagem precisa ser concebida como expressão humana “composta de muitas camadas de significados”, especialmente relacionada às relações de poder, vinculadas às relações econômicas, de gênero, idade, religiosa, etc. nessa premissa, a paisagem como parte da construção cultural, deve ser o foco de estudo das relações entre a vida humana coletiva e suas relações com o mundo natural, bem como “os significados que as culturas atribuem para sua existência e para com as suas relações com o mundo natural” (CROSGROVE, 1998, p. 37).

Segundo Fagundes (2007) numa visão antropológica da paisagem não seria nenhum, abuso afirmar que:

As pessoas percebem, classificam e moldam o ambiente circundante a partir de processos simbólicos que podem estar vinculados às tradições culturais de um dado grupo, ao apego sentimental a determinados marcos paisagísticos, à memória, aos mitos, enquanto local dos ancestrais e, não raramente, tendo como referências fronteiras sagradas e profanas (FAGUNDES, 2007, 47).

Corrobora-se com Fagundes (2007) quando ele propõe que a paisagem “arqueológica” não é a caracterização geoambiental da área da pesquisa. As análises ambientais (e paleoambientais) são fundamentais para o entendimento das relações inter-sítios de uma área, no entanto, parte-se do princípio que apenas a caracterização geoambiental, não seja suficiente nos estudos arqueológicos. Os sítios arqueológicos (e seus conteúdos) devem ser compreendidos como inseridos no ambiente e, portanto, posto ao seu dinamismo, bem como a paisagem deve ser compreendida como objeto de estudo. Paisagem é uma construção social.

O conceito de lugar pode ser compreendido neste trabalho é contrário a ideia de que a pesquisa arqueológica relaciona-se unicamente ao estudo de sítios arqueológicos com existência de cultura material, ressaltando a necessidade de ser feito uma arqueologia de área (ou regional).

Diante disso, em meio a vários conceitos, optou-se pelo estabelecido por Sarah Schlanger (1992), que entende o uso da paisagem em termos do que a autora denominou como *persistent places*, isto é, locais usados muitas vezes durante a ocupação de uma região; partindo do pressuposto de que em recorrência de algumas características (tanto de ordem econômica, política, histórica, cultural, religiosa ou social), os espaços são ocupados em longa duração retratando a distribuição e formação do registro arqueológico.

## **1.2 Breve História da Arqueologia na Amazônia.**

Os trabalhos arqueológicos na Amazônia começaram pelas pesquisas do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) no final da década de 60, realizadas por Clifford Evans e Betty Meggres, após as realizações dessas escavações na Amazônia, classificaram que todo esse processo cultural para o desenvolvimento populacional, não era propício, pois a Amazônia seria uma área com potencial limitado para agricultura devido a fatores ambientais que impediriam seus desenvolvimentos culturais, como grandes períodos de seca e de chuva, não permitindo que fossem sedentários.

Salienta-se que alguns estudos recentes evidenciam que a Amazônia pode ter sido o berço da dispersão civilizatória tupi para o restante da América do Sul. Lathrap (1975) apesar de também influenciado por tais pressupostos teóricos, vem propor hipóteses diferentes: a região amazônica é capaz de fornecer as condições necessárias para a sobrevivência de grupos sedentários, assim como para a agricultura. Porém o autor acredita que seria impossível a sobrevivência de grupos caçadores coletores na área se não estivessem em contato direto com os agricultores para conseguir carboidratos, sendo, dessa forma, inviável a sobrevivência antes da ocupação.

Roosevelt (1992) propõe que o ambiente de floresta tropical sustentaria grandes grupos de agricultores sedentários, inclusive os de organização social chamada de cacicado, uma das datas mais antigas para a ocupação da Amazônia é a de 11.200 anos A. P., na caverna da Pedra Pintada, localizada

em Monte Alegre – PA, nela foram encontrados restos botânicos, faunísticos, carvões, conchas e pigmentos minerais que estariam associados aos grafismos nas paredes e teto, todas as espécies vegetais que puderam ser identificadas estão presentes na flora amazônica, isso associado à diversidade de espécies animais identificadas estaria indicando uma opção por uma economia variada adaptada aos recursos da floresta, o que facilitaria sua sobrevivência.

O ambiente Amazônico é classificado como uma densa floresta tropical úmido, solos ácidos e pobres, pouco convidativo para caçadores coletores sobreviverem, entretanto, possui ricos solos aluviais e um clima sazonal característico dos cerrados com floresta tropical seca e vegetação de savana, oferecendo alta quantidade de biomassa e recursos para o cultivo de plantas.

O clima tem sido mal-entendido no decorrer dos anos (Galvão,1969, Nimer,1979, Segraf/IBGE1977). Mas a floresta não é somente tropical úmida, possui grandes áreas com vegetação aberta, queimadas realizadas a mais de mil anos, desde o período pré-histórico que seria mais propício para ocupação, as áreas de vegetação rasteira oferecem maior quantidade de biomassa aproveitável para caça e coleta, várzeas dos rios apresentam concentração de pesca e caça que poderiam ter sustentado enormes populações.

Segundo Neves (2006) é preciso compreender três aspectos fundamentais no histórico amazônico. Em primeiro lugar, é importante reconhecer que a bacia amazônica era densamente ocupada por diferentes povos indígenas no final do século XV, época do início da colonização europeia nas Américas, essa ocupação não era uniforme, variando no tempo e no espaço. Os modos de vida desses povos eram também diversificados, alguns grupos estavam organizados em sociedades hierarquizadas que viviam em assentamentos que hoje chamaríamos de cidades, como pode ter sido o caso dos índios Tapajó, enquanto outros eram nômades que tinham suas economias baseadas na caça, na pesca e na coleta. Em segundo, é também fundamental perceber que os povos que viviam na Amazônia antes do início da colonização europeia eram ancestrais dos povos indígenas que ainda ocupam a região, apesar do grande processo de redução demográfica, deslocamento geográfico e mudança cultural ocorrido nos últimos 500 anos. Nesse sentido, a

arqueologia da Amazônia é, antes de tudo, uma espécie de História Antiga dos povos indígenas da região. Em terceiro lugar, é necessário reconhecer que a ocupação humana pré-colonial, de certo modo, guia alguns dos processos de ocupação no presente. Frequentemente, cidades contemporâneas estão localizadas sobre sítios arqueológicos, como é o caso de Santarém, Manaus, Manacapuru e Tefé. Nas áreas rurais, ocorre o mesmo fenômeno. Para o autor, as hipóteses aqui enunciadas levam a que se reconsiderem as ideias de “última fronteira” ou “natureza intocada”.

Ainda segundo NEVES (2006) a Amazônia é ocupada há mais de 10.000 anos, em alguns casos por populações de milhares de pessoas. E de se esperar, portanto, que a floresta que hoje recobre muitos sítios arqueológicos tenha, além de uma história natural, também uma história cultural. Assim sendo, é impossível entender aspectos da história natural da Amazônia sem considerar a influência das populações humanas, do mesmo modo que não se pode entender a história dos povos amazônicos sem considerar também as relações que esses povos estabeleceram com a natureza. As pesquisas arqueológicas na Amazônia têm uma tradição centenária, iniciada por pioneiros brasileiros e estrangeiros na segunda metade do século XIX e organizada inicialmente a partir de dois centros principais: o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, e o Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém. Paradoxalmente, apesar dessa tradição, existem ainda grandes lacunas de conhecimento. Com exceção do Pará e do Amapá, estados ou regiões inteiras, como Acre, Roraima, Maranhão e norte do Mato Grosso, são virtualmente desconhecidos. Em outros estados, como Rondônia, Amazonas e Tocantins, há mais informações disponíveis, mas mesmo assim insuficientes ante as suas grandes dimensões. O mesmo vale para os outros países amazônicos, já que a pesquisa nesses locais é ainda bastante incipiente.

Dentro do contexto amazônico, salienta-se que o Estado de Rondônia tem se mostrado com grande potencial arqueológico, pois têm surgido no cenário acadêmico e de contrato, inúmeros sítios arqueológicos, que dão conta desde o Holoceno tardio até o período mais recente chamado período colonial.

### 1.3 Breve História da Arqueologia Histórica no Brasil.

As pesquisas em Arqueologia Histórica no Brasil cresceram recentemente, principalmente na década de 1980 (FUNARI, 2004). No entanto, Tânia Andrade Lima (1993) afirma que foi na década de 1960 que a Arqueologia Histórica emergiu no Brasil como prática de pesquisa institucionalizada. Antes do referido marco cronológico, foram realizados trabalhos em sítios históricos na década de 1930, em fortes militares na Bahia e em estruturas remanescentes de possíveis grupos quilombolas no Paraná, na década de 1940, em uma vila espanhola em Paranaguá/PR, e na década de 1950, em uma capela de um colégio jesuíta no Paraná e nas missões de São Nicolau, São Luiz Gonzaga e São Borja no Rio Grande do Sul.

Conforme Lima (1993) é preciso salientar que os trabalhos realizados antes da década de 1960 não foram publicados e/ou ocorreram de forma totalmente assistemática, a não ser o trabalho citado da década de 1940, de autoria de uma arqueóloga norte-americana, que foi publicado na revista *American Antiquity*.

Conforme Lima (2008) quando tratamos de Arqueologia Histórica no Brasil precisamos considerar que somente com o abrandamento da Ditadura Militar, em 1985, se multiplicaram as pesquisas que deram ênfase à diversidade social brasileira, propiciando um salto quantitativo e qualitativo nos estudos em Arqueologia Histórica no Brasil.

Neste contexto, era muito difícil opor-se à linha oficial dos militares (FUNARI, 1998, p. 13). Devemos considerar que a Arqueologia Histórica no Brasil ainda está em fase de amadurecimento, pois, com a Ditadura Militar, houve uma brusca ruptura no que tange à construção da subdisciplina. É por isso que pesquisadores como Funari (1998), Lima (2002) e Symanski (2009) vêm alertando os arqueólogos que trabalham com o período histórico para que busquem ferramentas que darão suporte a interpretações críticas da cultura material e que não fiquem presos a análises puramente descritivas em suas pesquisas.

De acordo com Nascimento (2009), os estudos de Arqueologia Histórica vêm crescendo no Brasil desde as últimas décadas do século passado, onde Arno Kern, Tânia Lima, Pedro Paulo Funari e Paulo Zanettini, na década de 1990, foram os precursores desse novo campo, apesar de adotarem diferentes concepções teóricas e metodológicas.

Conforme Najjar (2005) na década de 1990 foi inaugurada uma nova fase da Arqueologia Histórica no Brasil, refletida em trabalhos que contemplam temas como: gênero, etnicidade, capitalismo e paisagem. Atualmente, os estudos em Arqueologia Histórica no Brasil mostram o caráter multidisciplinar da arqueologia como disciplina científica.

Para Lima (2002) este caráter multidisciplinar, associado à série de fontes de informação utilizadas em Arqueologia Histórica, como artefatos, estruturas, arquitetura, documentos escritos, informações orais, imagens e alterações na paisagem, confere à subdisciplina um extenso domínio sobre os aspectos cotidianos e a processos histórico-sociais mais amplos.

#### **1.4 Breve relato sobre Proteção ao Patrimônio Histórico segundo Legislação.**

A cultura sendo obra do homem e sua interação no meio ambiente, modificando-o ou alterando-o, forma uma visão onde patrimônio se relaciona ao significado constituindo heranças universais.

Segundo Reisewitz (2004) verifica-se que para um bem ser definido como patrimônio cultural no Brasil, ele deve ter referência à identidade e aos grupos formadores da nossa sociedade, ou seja, parte do que é o próprio ser humano até o produto de sua formação, retrata a memória do povo brasileiro, referência à sua história e cultura, é a possibilidade de autoconhecimento do passado.

A Lei nº 3.924/61 traz em seu art. 1º: “Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 175 da Constituição Federal. ”

Continua a mesma Lei, em seu artigo segundo, definindo o que vem a ser monumentos arqueológicos ou pré-históricos segundo o Art 2º Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

- a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente.
- b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
- c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, “estações” e “cerâmicos”, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios. (BRASIL, 1961)

Para Cacciatore e Cacciatore (2014), outra definição é aquela contida na Convenção sobre Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Nacional, realizada em Paris em 1972, e do qual o Brasil é signatário, que dispõe em seu art. I:

Para os fins da presente Convenção, são considerados “patrimônio cultural”:

- Os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- Os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Ainda segundo os autores, a Constituição Federal do Brasil 1988, por sua vez, traz como bem da União, disposto em art. 20, X: “as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos [...]”, e ainda, dispõe ainda em seu art. 216:



Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Conforme Santos (2007), “os sítios arqueológicos são considerados bens públicos por excelência, e não há qualquer indenização por sua declaração, são considerados, assim, Unidades de Conservação, e sua guarda é destinada à União”. Portanto, os sítios arqueológicos têm sua definição, caracterização e proteção nacional e internacional, conforme disposto supra.

Vale salientar ainda, que os sítios arqueológicos são de interesse precípuo da arqueologia, “que tenta descobrir, pesquisar e reconstruir, pelos restos e objetos encontrados, civilizações antigas, muitas até inexistentes.” (SZNICK, 2001, p. 428). Dessa forma, definido o que vem a ser o sítio arqueológico e a legislação no qual está inserido, necessário se faz entender os princípios aplicados a ele, visando à sua proteção acima da punição.

Vale salientar ainda que após a criação da lei, que protege o patrimônio arqueológico no Brasil, todos os estudos realizados nos sítios arqueológicos tiveram uma maior fiscalização do IPHAN (Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) órgão que tem a missão de preservar o patrimônio cultural brasileiro. Toda obra deve obter o licenciamento prévio:

Artigo 1 – Nesta fase dever-se-á proceder à contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência do empreendimento por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo. (IPHAN, 2006)

Licença de instalação:

Artigo 5 – Nesta fase, dever-se-á implementar o programa de prospecção proposto na fase anterior, o qual deverão prever prospecções intensivas (aprimorando a fase anterior de intervenções no subsolo) nos compartimentos ambientais de maior potencial arqueológico da área de influência direta do empreendimento e nos



locais que sofrerão impactos indiretos potencialmente lesivos ao patrimônio arqueológico(...) (BRASIL, 2006)

## Licença de Operação

Artigo 6 - § 1º é nessa fase que deverão ser realizados os trabalhos de salvamento arqueológico nos sítios selecionados na fase anterior, por meio de escavações exaustivas, registro detalhado de cada sítio e de seu entorno e coleta de exemplares estatisticamente significativos da cultura material contida em cada sítio arqueológico.

Conforme Couto (2015) por meio da Instrução Normativa nº 1, de 25 de março de 2015, foram estabelecidos os procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Com efeito, a norma prevê manifestação do órgão nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal quando houver intervenção na Área de Influência Direta – AID do empreendimento em bens culturais acautelados em âmbito federal. É de registrar que a Área de Influência Direta (AID) de um empreendimento é a área em que o mesmo será instalado e que será afetada diretamente pelos principais impactos ambientais decorrentes de sua instalação e operação.

Como vemos em Couto (2015) a norma ainda dispõe em seu artigo 2º, quais são os bens culturais acautelados em âmbito federal. Dentre eles estão; os tombados, nos termos do Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937; os arqueológicos, protegidos conforme o disposto na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961; os registrados, nos termos do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 200; e os valorados nos termos da Lei nº 11.843, de 31 de maio de 2007. Vale ressaltar ainda que, a manifestação do IPHAN nos processos de licenciamento ambiental se dará a partir da solicitação formal do órgão ambiental licenciador, que terá como base a Ficha de Caracterização da Atividade – FCA ou documento equivalente preenchida pelo empreendedor, de acordo com o disposto em seu art. 3º. É com base nesses documentos que o IPHAN emitirá o Termo de Referência Específico – TER, o qual será remetido ao órgão ambiental licenciador, indicando o conteúdo mínimo para a realização dos

estudos com vistas à avaliação do impacto do empreendimento sobre os bens culturais acautelados em âmbito federal.

Couto (2015) relata que o IPHAN, instado pelo órgão ambiental competente, analisará os termos e relatórios referentes aos bens culturais tombados, valorados e registrados e ao patrimônio arqueológico, sendo que após a avaliação poderá ser exigido novos esclarecimentos, detalhamentos ou complementação dos estudos apresentados ou ainda emitirá manifestação conclusiva.

Na referida manifestação o IPHAN poderá recomendar o prosseguimento do processo de licenciamento; e apontar a existência de eventuais óbices ao prosseguimento do processo de licenciamento, indicando, quando viável, as medidas ou condicionantes consideradas necessárias para superá-los. As medidas mitigadoras, compensatórias, programas ou condicionantes previstas na manifestação conclusiva deverão integrar o Plano Básico Ambiental – PBA ou documento equivalente, que deverão ser observados na próxima etapa do licenciamento.

O IPHAN se manifestará também, instado pelo órgão ambiental licenciador, no período que antecede a emissão da licença de instalação do empreendimento, analisando os planos, programas, projetos e medidas de controle ambiental previstas no PBA ou documento equivalente, e no período que antecede a emissão da licença de operação do empreendimento, analisando a execução do Programa de Gestão dos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados. Com a publicação desta Instrução Normativa a Portaria do IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002 fica revogada. A Instrução Normativa entrou em vigor em 26 de março de 2015.

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial (IPHAN, 2017).

Nesses artigos da Constituição, reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2017).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como patrimônio imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural." Esta definição está de acordo com a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em março de 2006 (IPHAN, 2017).

Para atender às determinações legais e criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação desses bens imateriais, o Iphan coordenou os estudos que resultaram na edição do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 - que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) - e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR) (IPHAN, 2017).

Em 2004, uma política de salvaguarda mais estruturada e sistemática começou a ser implementada pelo Iphan a partir da criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI). Em 2010 foi instituído pelo Decreto nº. 7.387, de 9 de dezembro de 2010 o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), utilizado para reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (IPHAN, 2017).

## **2. CAPITULO II - Arqueologia Preventiva no Sítio Vila de Santo Antônio: Paisagem e Patrimônio Arqueológico.**

### **2.1 O Sítio Arqueológico Vila de Santo Antônio: a Igrejinha e áreas adjacentes.**

A localidade de Santo Antônio do Rio Madeira situada a 7 Km de Porto Velho, foi originalmente ocupada por grupos indígenas, cujos testemunhas culturais remontam a 286 anos depois de Cristo. Conforme Leno (2011) com a chegada dos ingleses pela companhia Public Works em 1872, dos norte-americanos pela companhia P & T Collins em 1878 para a construção da ferrovia, houve mais um início de povoamento.

Ainda conforme Leno (2011) no início do século XX, a penetração em Rondônia passou a ser desempenhada por um expoente básico: a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, surgia como uma consequência política da anexação do Acre ao Brasil mediante compromisso entre o Brasil e a Bolívia. A Madeira-Mamoré Railway Company que construiu a EFMM, chegou em 1907 e encarou inteligentemente a questão sanitária, afastando-se das normas seguidas pelos predecessores, resolvendo estabelecer sua base de operações fora do terrível foco que era Santo Antônio, instalando-se a jusante de Santo Antônio em duas zonas denominadas Porto Velho e Candelária distando respectivamente de Santo Antônio 7 e 3,5 quilômetros.

Em 1907, Santo Antônio, conforme Leno (2011) tinha cerca de 300(trezentos) habitantes, dos quais a quase totalidade era composta de índios bolivianos, encarregados de transportar cargas das canoas e batelões para o depósito e daí para os vapores que as levavam para Belém do Pará. E vice-versa. Havia algumas casas de adobe, armazéns cobertos com chapas metálicas deixadas pelas antigas companhias que vieram construir a EFMM, algumas cantinas e choças de bambu nativo e folhas de palmeiras completavam a vila, naturalmente habitações dos índios bolivianos. Santo Antônio teve grande movimento quando estava sendo construída a Estrada de

Ferro, para onde ocorriam os operários da empreiteira em busca de divertimentos. Também ali tinham sede duas grandes empresas que empregavam suas atividades no comércio da borracha. A borracha estava no auge, no mercado internacional.

Dando sequencia às descrições do autor acima citado, em 1910 a população de Santo Antônio já contava com 2.000, indo cerca de 3.000 pessoas por ocasião da descida dos batelões com a borracha, em 02 de julho de 1912, foi instalado o município e a comarca de Santo Antônio do Rio Madeira, que pertenceu ao Estado de Mato Grosso até maio de 1944 quando foi incorporado a Porto Velho voltando a condição de povoado.

Silva (2008) complementa as ideias de Leno quando escreve que a construção da capela de Santo Antônio é edificada no início do Século XX. Também, para quem afirma que "o casarão foi construído pelos ingleses", possa ver nessa construção, não um amontoado ordenado de tijolos, mas o símbolo inicial da fé cristã, fé de um povo cujos antepassados pagaram com a vida a conquista desta região.

Escreve ainda que, a história da fé cristã nestas paragens teve início quando o Pe. João de San Payo, vindo da missão de Canumã, por ele fundada desde 1712, e com a ajuda do governador de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, João da Maia Gama, fundou em março de 1723, na cachoeira de Aroaya, a missão de Santo Antônio das Cachoeiras dando, assim, nome ao lugar e à cachoeira. Vencidos pelas doenças e pelos ataques dos índios, a missão foi abandonada e as suas ruínas descritas por Manoel Félix de Lima, em 1748, quando fugiu das minas do Mato Grosso numa aventura que terminou em Belém do Grão-Pará, onde foi preso.

Chegado o ano de 1909, vamos encontrar o primeiro registro relacionado à igreja de Santo Antônio em uma publicação do jornal "o humaythaense", edição de 24 de outubro daquele ano, transcrito em "Desbravadores", de Vitor Hugo, 1º volume, pág. 211, 2ª edição, onde se lê que:

"No dia 15 do mês de outubro de 1909 perante os Srs. Eson Menezes, Antônio Marcelino Cavalcante e Nylo Gomes de Mello

Rezende comerciantes no povoado de Santo Antônio; do tenente Francisco Aracaty Padilha, subdelegado de polícia; Enéas Franco agente-fiscal municipal e muitas outras pessoas gradadas do lugar, foi marcado o terreno para edificação de uma capela naquele povoado” (HUGO, 1959, p. 211)

Segundo Silva (2008) todos os relatos sobre Santo Antônio nos afirmam que era um lugar insalubre, haja vista os relatórios de Rondon e do Dr. Oswaldo Cruz que aqui estiveram na época da construção da ferrovia e nos dão conta de um povoado triste e doentio. Apesar de tudo isso, a fé teimava em se firmar naquele antro de vícios e misérias. A paróquia que já existia desde 8 de abril de 1908, com sede em Santo Antônio era, vez por outra, visitada por algum padre em desobriga vindo de Humaitá. O terreno comprado por 375\$000, com recursos arrecadados junto ao povo pela comissão organizadora, pertencia ao senhor Alfredo Fernandes Garcia, e estava situado em uma área elevada e em frente a uma grande praça. A comissão encarregada de angariar fundos, administrá-los e construir a capela, constituída dos senhores José Ribeiro Dantas e José Fortunato da Conceição, e o empenho do Padre Manuel Furtado de Figueiredo, pároco de Humaitá, conseguiu dar grande impulso à construção da capela.

Ainda segundo Silva (2008) o final de 1911, o sucessor do Pe. Manuel Furtado, Padre Manuel de França Melo, vindo em desobriga a Santo Antônio, deixou um cálice e alguns objetos para a capela e, em 1912, com uma substancial ajuda em material e dinheiro da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e doações dos devotos, finalmente no domingo de 21 de setembro de 1913, foi benzido o altar de madeira, quatro paramentos e outras alfaias, doadas por comerciantes do rio Madeira e de Manaus.

Nesse mesmo dia foi rezada a primeira missa na capela ainda inacabada, cuja conclusão só se deu no ano seguinte. Levando-nos a afirmar que essa foi a primeira capela construída em Porto Velho, e no ano de 2018, completará 105 anos de existência. Todos os anos, no dia 13 de junho, se festeja o dia de Santo Antônio de Pádua naquela localidade, contando com a participação da comunidade de Porto Velho, manifestação religiosa que tem contribuído para a manutenção da Capela, conforme salienta SILVA (2008).

Tendo em vista as fontes debatidas pela historiografia, podemos afirmar que a Vila de Santo Antônio constituiu-se no que foi, provavelmente, a maior povoação junto às margens do Madeira na primeira metade do século XIX, até a criação de Porto Velho no início do século XX.

## 2.2 Arqueologia Preventiva no Sítio Vila de Santo Antônio.

Neste Sub item abordamos a descrição e avaliação da metodologia utilizada para a etapa de resgate do sítio Vila de Santo Antônio, fazendo uma revisão de dados já obtidos, pela Scientia Consultoria Científica.

Conforme Scientia (2009) o objetivo de um levantamento de área contínua é possibilitar a intersecção de artefatos na paisagem a partir de uma sistemática, permitindo uma posterior análise quantitativa e qualitativa que seja representativa dos atributos de localização, densidade e dispersão, além da sua correlação com variáveis ambientais.

A intensidade do *levantamento de área contínua* foi determinada levando-se em conta quatro fatores:

- 1) espaçamento mínimo da malha de intervenções para garantir a detecção dos vestígios arqueológicos interceptados;
- 2) cobertura máxima da AID do empreendimento;
- 3) tempo hábil para prospecção da área que atenda o cronograma do empreendimento;
- 4) equipe disponível para a realização dos trabalhos.

A opção por uma malha geométrica (ortogonal) regular com intervalos de 100m é promover um levantamento denso, que obedeça aos preceitos da amostragem probabilística e, portanto, forneça parâmetros quantitativos para cada área trabalhada, possibilitando comparações robustas entre as mesmas. Adicionalmente, estas atividades fornecerão parâmetros a respeito dos padrões regionais do registro arqueológico do Alto Rio Madeira, permitindo comparações com dados obtidos por outras metodologias e/ou em outras regiões, com vistas a contribuir para a pré-história amazônica e até para o estudo da produção da variabilidade da ocupação humana na América do Sul.



Após ser feita a realização da pesquisa de dados, a qual apresentou informações sobre o sítio Vila de Santo Antônio, que em virtude o projeto de Arqueologia Preventiva UHE Santo Antônio, a empresa Scientia consultoria científica, realizou trabalhos de arqueologia em dois períodos, o primeiro em 2010 e o segundo em 2012, tendo como trabalhos nessa primeira etapa levantamento topográfico, relatórios e mapas da área no qual auxiliaram para uma melhor compreensão do sítio, após ser realizada a prospecção pode-se delimitar todo o tamanho do mesmo, foi realizada nesta fase **transects** lineares e paralelos na direção E-O ou N-S com intervalos de 100m os quais estabeleceram uma malha geométrica (ortogonal) regular da amostragem probabilística e, portanto, formasse parâmetros quantitativos para cada área trabalhada, possibilitando comparações robustas entre as mesmas. Adicionalmente, estas atividades fornecerão parâmetros a respeito dos padrões regionais do registro arqueológico do Alto Rio Madeira, permitindo comparações com dados obtidos por outras metodologias e/ou em outras regiões, com vistas a contribuir para a pré-história amazônica e até para o estudo da produção da variabilidade da ocupação humana na América do Sul (SCIENTIA, 2008).

A realização dos furos e caminhamentos até a cota 100m, em média o seu objetivo é promover um levantamento denso, equipamento GPS (GARMIN modelo 60 CSx – Datum SAD 69) para obter uma margem de segurança quanto à detecção de sítios arqueológicos na AID uma vez que a cota do reservatório é 70,5 m e há uma variação significativa quando a utilização de GPS na locação das áreas prospectadas, a localização dos furos testes foi orientada em campo por que obedeça a realização da sistemática de furos-teste cavados com “boca-de-lobo” que foram abertos gerando furos circulares de 35 a 40 cm de diâmetro, mantendo-se a profundidade de 1m o qual foi medido com trena manual ou até que obtive-se 5 níveis artificiais dadas as limitações do equipamento e das condições da compactação do solo, esses procedimentos foi executado sempre por no mínimo três pessoas sendo um o técnico ou o Arqueólogo e dois auxiliares de campo, todo o sedimento escavado dos níveis artificiais foi revolvido e peneirado por nível isoladamente.



Com esse procedimento foi possível avaliar as características do sedimento, além de possibilitar a coleta e registro do material arqueológico propriamente dito nos eventos positivos. Nesse caso dos furos positivos, em que foi identificado materiais arqueológicos, seus dados foram registrados em fichas desenvolvidas especificamente para o projeto incluindo os seguintes dados:

- a) Cabeçalho com indicação do projeto UHE Santo Antônio;
- b) Nome do coletor e data do furo;
- c) Posição georreferenciada por GPS;
- d) Tipo de material encontrado;
- e) Quantidade de objetos encontrados por nível;
- f) Descrição sedimentar de cada nível artificial escavado incluindo, cor de solo, avaliação da textura e compactação sedimentar, presença de intrusões minerais e orgânicas;
- g) Caracterização da localidade do furo informando sobre cobertura vegetal, compartimento topográfico, declividade, hidrografia local, existência de construções no entorno e outros dados considerados antropicamente relevantes. (SCIENTIA, 2008).

Todo o material arqueológico encontrado e coletado foi acondicionado e identificado a partir desses cinco primeiros itens da lista anterior Scientia Consultoria (2010). Sendo encontrado material na maioria das vezes em até 40 cm de profundidade na prospecção delimitou-se em uma área de um polígono. Todos os dados da prospecção arqueológica, tanto os positivos quanto os negativos, são importantes para uma análise de significância arqueológica, e para a construção de um modelo probabilista paisagístico da presença de sítios arqueológicos.

Portanto, foram evidenciadas cinco áreas com restos de construção como: piso, pequenos estruturas de edificação, a qual chamou mais atenção do pesquisador inglês Alastaire (Threlfall 2010, input, Gomes 2012), assim determinado a compreender melhor o que tinha acontecido naquele local no passado, buscou a estudar uma parte do sítio que se encontrava dentro do canteiro de obras da UHE Santo Antônio, buscou parceria com a universidade federal de Rondônia, onde transformou a pesquisa em sítio escola com ajuda

de alunos para escavação uma vez que todo trabalho durou dez meses e todo o material foi analisada posteriormente pela Dr. Renata Godoy em Porto Velho.

Gomes (2012) trabalhando especificamente na área de estudo dessa monografia, mostrou a alta intensidade de vidros e louças para aquela área do sítio a qual se encontrava juntamente com estruturas e restos de pisos amostrais, além de monitoramento e salvamento emergencial de vestígios encontrados nas áreas diretamente impactadas pelas estruturas a serem erguidas. Neste período, a Santo Antônio Energia, representante do consócio que constrói e administra a usina hidrelétrica, instada pelo IPHAN e MP, deveria realizar uma obra de readequação e adaptação do entorno da Igreja de Santo Antônio, dentro do sítio histórico da Vila, construindo ali um centro de visitas, além de banheiros e espaço próprio para turistas. Portanto, em virtude de umas condicionantes.

Dada a importância do Sítio e o fato de estudos arqueológicos anteriores terem sido feitos na área, uma condicionante para a construção de todas as estruturas pretendidas foi a realização de prospecções arqueológicas e escavações, os trabalhos de Arqueologia que seriam desenvolvidos naquela área, sempre pela Scientia Consultoria com a coordenação de Ney Gomes, foram realizadas entre o mês de maio à julho de 2012, no qual resultou em uma numerosa cultura material foi escavada; todos os objetos foram levados ao laboratório daquela empresa (Scientia 2012a, 2012b, apud Gomes 2012).

Conforme Marques (2005<sup>a</sup>) apud, Gomes (2012), o lugar do qual se trata, é o Sítio Vila de Santo Antônio (Coordenadas UTM 20L E395810/N9025908), distando aproximadamente 7 km do centro de Porto Velho. A área é um importante sítio histórico e está elencada entre os sítios arqueológicos oficialmente protegidos no estado de Rondônia, conforme detalhado na Constituição do Estado no Artigo 264. A área ocupada pelo sítio, tendo em vista o estudo de mapas e cartografias diversas deste espaço, corresponderia hoje à ocupação passada chamada de Santo Antônio do Madeira, cabeça de comarca do então estado do Mato Grosso.

Durante a prospecção do local Marques (2005), apud Gomes (2012), salienta que atualmente, há poucos vestígios das muitas edificações que

existia naquela Vila ainda no final do século XIX e início do XX, atualmente a floresta densa é predominante nas áreas não impactadas pelo canteiro de obras da Usina de Santo Antônio e encobre outros possíveis vestígios presentes naquela área. Em 1910 o tamanho do conjunto arquitetônico que compunha a Vila naquela época era bem grande, incluindo a construções de vias, armazéns e outros estabelecimentos comerciais, além das construções da Estrada de Ferro,

Gomes (2012) afirma que as informações advindas desta época ajudaram a perceber que a pouco mais de um século havia uma intensa ocupação neste local e todo material escavado neste local, nos aliou juntamente com à documentação histórica, que subsidiou a construção da historiografia local, seja pela quantidade quanto pela variedade, indicam que ali existia uma intensa ocupação foi de longo período.

Muitas dessas informações ajudaram a perceber que a denominada Vila de Santo Antônio, tem um grande potencial arqueológico desde antes da construção da estrada de ferro Madeira Mamoré, principalmente pelos vários relatos de viajantes que por ali passavam diziam que era um lugar de grande beleza e fartura de peixe, com uma excelente visão panorâmica do local, e o registro arqueológico escavado devido à necessidade de EIA RIMA para a construção da UHE Santo Antônio.

### **2.3 Paisagem arqueológica do sítio Vila de Santo Antônio área da igrejinha: modificações atuais.**

Conforme comentado brevemente acima, o Sítio Vila de Santo Antônio (Coordenadas UTM 20L E395810/N9025908), tem um distancia aproximada de 7 km do centro de Porto Velho. Esta área é um importante sítio histórico e está entre os sítios arqueológicos protegidos oficialmente no estado de Rondônia, conforme detalhado na Constituição do Estado no Artigo 264 determina:

Ficam tombados os sítios arqueológicos, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré com todo o seu acervo, o Real Forte do Príncipe da Beira, os

postos telegráficos e demais acervos da Comissão Rondon, o local da antiga cidade de Santo Antônio do Alto Madeira, o Cemitério da Candelária, o Cemitério dos Inocentes, o Prédio da Cooperativa dos Seringalistas, o marco das coordenadas geográficas da cidade de Porto Velho e outros que venham a ser definidos em lei (Rondônia 1988: 92).



Figura 1 - Localização da Vila de Santo Antônio. Fonte: Google Earth.

Como se pode observar a história da ocupação da Vila de Santo Antônio é significativa na construção do estado de Rondônia e durante anos vem sofrendo modificações em sua paisagem, como salientado nos relatos acima, principalmente pela intensa ocupação no período colonial. Porém, há de se ressaltar que não iremos entrar nesse mérito da pesquisa, pois se levantássemos o tema baseado em ocupações teríamos que voltar às ocupações pré-coloniais.

O sítio vila de Santo Antônio, desde o início do Projeto de Arqueologia Preventiva nas áreas de Intervenção da UHE Santo Antônio-RO, foi escavado em duas ocasiões, e em pequenas extensões, tendo em vista a grandiosidade de sua área total.

Em 2010 o arqueólogo inglês Alastaire Threlfall, trabalhando para a Scientia Consultoria, realiza estas pesquisas para o consórcio construtor da

UHE Santo Antônio, e coordenou ampla escavação em uma extensa área do sítio, na ilharga do canteiro de obras da Usina.

Conforme Godoy (2010) os trabalhos perduraram ao longo de quase 10 meses, durante os quais um sítio escola foi realizado, em parceria com a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), e a cultura material exumada foi encaminhada ao laboratório da Scientia Consultoria Científica na capital rondoniense.

A segunda ocorreu entre os meses de maio e junho de 2012 no trabalho de Mestrado e também convidado a participar dos estudos pela Scientia Consultoria do arqueólogo Raimundo Ney da Cruz Gomez que realizou os trabalhos desta vez no entorno da igreja. Neste período, a Santo Antônio Energia, representante do consócio que construiu e administra a usina hidrelétrica, solicitada pelo IPHAN e MP, deveria proceder uma obra de readequação e adaptação do entorno da Igrejinha de Santo Antônio, dentro do sítio histórico da Vila, construindo ali um centro de visitas, além de banheiros e espaço próprio para turistas.

A partir de imagens que seguem abaixo mostraremos como foram feitas as modificações na igrejinha de Santo Antônio e seu entorno apresentando uma breve comparação do que foi realizado em 2012, e como está. A proposta é verificar o que ocorreu depois dos trabalhos realizados, fazendo uma comparação das imagens da época da intervenção arqueológica e os dias atuais.

Para a realização dessa análise corroboramos com os pressupostos metodológicos de Criado Boado (1997), adaptando-os para nossos objetivos. Para o mesmo, a Arqueologia da Paisagem reside no estudo de um tipo específico do produto humano (a paisagem), que usa uma dada realidade (o espaço físico) para criar uma nova realidade (o espaço social: humanizado, econômico, agrário, habitacional, político, territorial, etc.) por meio da aplicação de uma ordenação imaginada (espaço simbólico: na qual é sentido, percebido, pensado, etc). Esta concepção supõe que a dimensão simbólica forma uma parte essencial da paisagem social e que, portanto, é um entendimento integral que deve ser levado em conta. Criado Boado (1991, 1996, 2001), definiu uma

estratégia de investigação, identificação e compreensão do registro arqueológico com vistas à reconstrução de paisagens arqueológicas, bem como dos processos de continuidade e mudança que constituíram a paisagem atual.

Iniciamos fazendo a verificação da entrada da área da Igrejinha: a figura 1 como podemos ver abaixo mostra a entrada do sitio antes das escavações em 2012, a foto foi tirada de cima da antiga ponte. Vale salientar ainda, que havia poucas construções e a igreja era visível a partir da entrada.



Figura 2 - Vista da entrada durante os estudos em 2012. Foto: Ney Gomes.

Já na figura 2 abaixo, podemos visualizar que a vista foi completamente modificada em relação a figura 1, conforme o planejamento das construções, foram feitos a esquerda banheiros e cafés e a direita o espaço para o memorial Rondon, a passarela a adiante leva até a igrejinha de santo Antônio que mal pode ser vista pelas pequenas árvores que foram plantadas ali.





Figura 3- Entrada após as obras de recuperação e revitalização. Foto: Andrea Ravani.

Visualização do local em área ampla: Veremos na figura 3 logo abaixo, uma visão do terreno antes das escavações em 2012 em outra perspectiva, podemos notar o desnível do terreno, algumas construções a esquerda e seu potencial para pesquisas arqueológicas. É possível perceber ainda, que a foto 3 foi feita próximo à igrejinha.



Figura 4– Vista da entrada e da área escavada em 2012. Fonte: Ney Gomes (2012).

A figura 4 abaixo foi tirada em 2017 da mesma perspectiva da imagem 3 de 2012 com o intuito de mostrar as modificações realizadas pelas obras realizadas pelo consorcio Santo Antônio energia no *Projeto de Recuperação e Revitalização da Área Onde se Encontra a Igreja Santo Antônio*.



Figura 5– Vista da entrada e das obras realizadas. Foto: Andreia Ravani.



Área de escavação piso. Nos estudos realizados na área do entorno da igreja de Santo Antônio foi encontrado uma estrutura que segundo Gomes (2012), foi a primeira área a ser escavada naquele local, foi encontrado a estrutura de um piso de cimento conforme podemos visualizar na figura 5 abaixo.



Figura 6- Estrutura 1: piso evidenciado nas escavações de 2012. Foto: Ney Gomes.

O piso apresentado na figura 5 foi inicialmente escavado com 8 unidades e em seguida com o objetivo de evidenciar o piso totalmente foram abertas mais duas unidades que para Gomes (2012):

As novas unidades tinham como objetivo pôr o piso todo em evidência, visto que havia a possibilidade de, nas obras de readequação que seriam iniciadas na Vila, esta evidência arqueológica fosse musealizada. Este piso, com as informações que poderemos retirar dos mapas e plantas daquela área, são instrumentos eficazes para uma análise arqueológica a partir da arquitetura. (GOMES, 2012. p. 106)

A figura 6 abaixo mostra que na área onde havia o sido indicada a estrutura não há indícios de musealização do piso encontrado em 2012. Esta área apresenta a passarela e algumas plantas. A figura 6 faz uma relação

direta com figura 5 na tentativa de comparar o ambiente de onde se encontra a estrutura do piso em 2012 e atualmente em 2017.



Figura 7– Área da estrutura 1 em 2017. Foto: Andreia Ravani.

Segundo o laudo de monitoramento da Scientia Consultoria (2012) devido a uma grande precipitação pluvial no dia 26 de setembro de 2012, que danificou a estrutura do piso, foi utilizada na época uma lona para cobrir o local, posteriormente com a atuação da equipe técnica de monitoramento foi realizado um trabalho de vistoria que pretendia retirar a água acumulada, e proteger temporariamente a estrutura, foi realizada a retirada da água que havia acumulado e que ainda, segundo Scientia 2012, “realizar a colocação de uma camada de cascalho junto aos locais com maior profundidade, de forma que este servisse como um demarcador do local escavado, e ao mesmo tempo impedisse um acúmulo grande de água da chuva”. Na figura 7 a seguir podemos verificar o piso com os acúmulos de água em 2012.



Figura 8– Piso com acúmulo de água da chuva em 2012. Foto: Ney Gomes.

Pelos dados e imagens apresentados no laudo é possível entender que houve um segundo procedimento que foi a limpeza do local com intuito de retirar musgos e líquens e logo em seguida a cobertura do piso com duas camadas do tecido TNT, que por sua vez, não apresentaria goma, entretanto, a figura 7 mostra que o TNT foi colocado por cima do piso antigo ainda com acúmulos de água, o que pode representar erro técnico ou erro no laudo. É possível perceber na figura 8 a seguir, a continuidade do procedimento de inserção desse tecido sobre o piso e o aterramento dele com areia grossa lavada.



Figura 9 – Cobertura do piso antigo com TNT e areia grossa lavada respectivamente. Foto: Ney Gomes.

Na visita da pesquisadora ao se aproximar da área onde fica o antigo piso, foi possível perceber que há vestígios do TNT no local como veremos a seguir na figura 9.



Figura 10- TNT exposto, Foto: Andreia Ravani.

Constatamos que é o TNT usado em 2012 para fazer a cobertura que seria “temporária” do piso antigo e que ficou abandonada até os dias atuais. É possível ver também alguns vestígios do piso antigo quase exposto, nas figuras 10 e 11 a seguir, a pesquisadora mostra as condições do TNT e ao seu redor.





Figura 11– TNT usado em 2012 exposto e desgastado, Foto: Andreia Ravani.



Figura 12– Pesquisadora mostrando o TNT e seu entorno, Foto: Andreia Ravani.

É possível perceber, que a estrutura do piso antigo não recebeu de fato os devidos cuidados desde a época das escavações, é notório que está

abandonado e possivelmente não há nenhuma ação que vise uma musealização desse piso, conforme objetivava o trabalho.

Diante dessas condições, demos continuidade às análises e fomos em busca da segunda estrutura mencionada em 2012, que segundo Gomes (2012):

Na Área de escavação 4, localizada bem próximo aos fundos da Igreja e diretamente no local demarcado pelas estacas que indicam as fundações do futuro café, foi encontrado um alinhamento de tijolos, aparentemente recentes, dando a ideia da presença pretérita de uma parede ou muro. Em conversas com moradores da Vila, não foi possível encontrar uma descrição de que construção seria esta. (GOMES, 2012. p. 98)

A seguir na figura 12 veremos esta estrutura mencionada por Ney gomes durante as escavações em 2012.



Figura 13 - Área onde um alinhamento de tijolos foi evidenciado, Fonte: Gomes (2012).

Essa área atualmente encontra-se os banheiros e café e como mostra a figura 13 é possível ver que não foram realizados qualquer tipo de marcação ou musealização, conforme indicado como objetivo no trabalho de intervenção arqueológica.



Figura 14- Espaço sem identificação da estrutura de tijolos escavada em 2012, Foto: Andreia Ravani.

Da estrutura de tijolos encontrada em 2012, não há nenhum vestígio nem tampouco, um aprofundamento dos estudos para saber a data e que tipo de construção era essa. A paisagem das escavações foi completamente modificada com a construção desse espaço promovido pelo projeto da empresa responsável pelo consórcio das hidrelétricas. Diante do exposto, fica claro que não houve a devida atenção ao patrimônio arqueológico do local, na prática.

Em relação às escavações dos locais onde foram coletados vidros e louças e outros artefatos, Gomes (2012) diz que:

Diferente dos demais locais escavados, a área 8 apresentou uma diversidade de material muito significativa, além do fato de grande parte deste material encontrar-se inteiro. Frascos de remédios, louças com decoração, bebidas importadas e outros objetos ali desencavados atestam a inserção desta Vila desenvolvida às margens do Madeira. (GOMES, 2012. p. 104)

A seguir na figura 14 mostraremos o local mencionado acima.





Figura 15– Área para abertura do solo em 2012, Fonte: Scientia (2012).

Nestes furos da figura 14 foi encontrado grande quantidade de material arqueológico que segundo o relatório da (Scientia, 2012) “As unidades desta escavação apresentaram uma concentração significativa de vestígios arqueológicos; foram mais de 10 mil fragmentos de vidros, cerca de 50 garrafas inteiras ou semi-inteiras, muitos fragmentos de louças, além de objetos em metal e outros”. A figura 15, abaixo, mostra como está a área das escavações depois das obras de construção dos banheiros e café.





Figura 16– Área das escavações após as obras em 2017, Foto: Andreia Ravani.

Segundo o monitoramento realizado pela Scientia Consultoria Científica em 2012, durante esse processo foi realizada a visualização da retirada dos blocos que formavam a calçada da frente da Igreja de Santo Antônio, que havia sido construída sobre uma camada de aterro há alguns anos atrás, dessa forma, não houve nenhum dano ao patrimônio edificado componente da Igreja. Segundo este monitoramento ainda, durante a intervenção não foram evidentes materiais arqueológicos junto à calçada da frente da igreja. Vejamos a seguir a figura 16 que mostra as obras realizadas naquele período.



Figura 17- Retirada do calçamento da frente da Igrejinha da Vila de Santo Antônio, Fonte: Scientia (2012).

As figuras 17 e 18 a seguir apresentam o estado do calçamento em 2017.



Figura 18- Calçamento na frente da igrejinha de Santo Antônio. Foto: Andreia Ravani.



Figura 19– Outra perspectiva do calçamento. Foto: Andreia Ravani.

Foi observado que houve a troca de um calçamento antigo por um novo foram acrescentados bancos e lixeiras ao redor dele, com um pequeno palco de madeira a direita da figura 18.

Outro aspecto importante observado é em relação à parte interna e externa da igrejinha. Na parte interna, não há nenhum tipo de obra de restauração apenas reformas do piso com porcelanato, paredes com pintura e do forro com instalação de centrais de ar condicionado, como mostram as figuras 19 e 20 a seguir.



Figura 20– Parte interna da igreja de Santo Antônio, Foto: Andreia Ravani.



Figura 21– Parte interna superior da igreja de Santo Antônio. Foto: Andreia Ravani.

A parte externa da igreja não apresenta, também, trabalhos de restauração, o que há, são pinturas sobrepostas e troca de telhas mais antigas por novas. Foi possível encontrar nos fundos do terreno da igreja vestígios



dessa troca de telhas com uma lixeira onde estão queimadas algumas peças de telhas e garrafas que não se sabe ao certo se são da época das escavações. Nas figuras 21 e 22 mostraremos a parede externa da igreja,



Figura 22– Lateral externa da igreja de Santo Antônio. Foto: Andreia Ravani.



Figura 23– Pintura sobreposta na lateral da igreja, Foto: Andreia Ravani.

Na figura 23 a seguir, será mostrado a lixeira ao fundo da igreja com vestígios de telhas e garrafas queimados.



Figura 24– Lixeira com restos de telhas e vidros, Foto: Andreia Ravani.

Diante do exposto, fica evidente que há despreparo ou até mesmo descaso em relação ao patrimônio arqueológico da Vila de Santo Antônio área adjacente à Igreja.

Outra área analisada foi a da segunda parte do projeto de recuperação e revitalização onde está o denominado Centro de Cultura Indígena como destacamos na figura 24 abaixo.



Figura 25– Centro de Cultura Indígena em destaque, Fonte: Scientia (2012).

Conforme mostra a figura 24 o projeto desta área foi inicialmente chamado de Centro de Cultura Indígena e contaria, segundo o projeto, com um prédio Administrativo/ Loja, banheiros/ café, biblioteca, uma oca e duas salas de exposição. Atualmente essa premissa foi modificada, pois, quem administra os prédios é o Exército Brasileiro em parceria com o governo e município, e não compartilham do objetivo inicial do Projeto desenvolvido pela UHE.

O projeto passou se chamar “Memorial Rondon o Marechal da Paz”, e os prédios atualmente passam por modificações e estão organizados da seguinte forma: Memorial Rondon; café/ banheiros; um salão chamado “expedições: Paz e Fronteiras”; um salão chamado “Postos Telegráficos”; um salão cinematógrafo; um salão de exposições, que é resultante da parceria com a Universidade Federal de Rondônia (segundo relatos do representante do Exército Brasileiro) e está abandonado; uma nova oca está sendo construída com base metálica, que segundo informações dos atendentes a última caiu devido a fortes temporais e por fim, dois modelos de posto telegráfico.

A figura 25 a seguir mostra o primeiro prédio que ainda será modificado para Memorial Rondon, segundo informações da administração.



Figura 26– Prédio centro cultural indígena. Foto: Andreia Ravani.

A figura 26 abaixo mostra o modelo de um acampamento usado por Rondon em suas expedições.





Figura 27– Modelo 1, posto de expedições de Rondon. Foto: Andreia Ravani.

A figura 27 abaixo mostra o prédio dos banheiros-café (café não existe).



Figura 28– Prédio dos banheiros. Foto: Andreia Ravani.

Já a figura 28 abaixo, mostra o modelo de posto telegráfico de Rondon.



Figura 29– Modelo de posto telegráfico. Foto: Andreia Ravani.

A figura 29 a seguir, mostra a construção da nova oca com base metálica.



Figura 30– Construção da oca. Foto: Andreia Ravani.

A figura 30 abaixo mostra os salões de Expedições, Paz e Fronteiras e Postos Telegráficos.



Figura 31– Salões expedições paz e fronteiras e postos telegráficos. Foto: Andreia Ravani.

Na figura 31 a seguir mostraremos o salão cinematógrafo.





Figura 32– Salão cinematógrafo. Foto: Andreia Ravani.

E por fim, mostraremos o salão de exposições arqueológicas que deveria funcionar em parceria com a Universidade Federal de Rondônia, mas que aparentemente está abandonada e não há previsão para seu funcionamento, as figuras 32 e 33.



Figura 33- Salão de exposições arqueológicas. Foto: Andreia Ravani.



Figura 34– Entrada do salão de exposições arqueológicas. Foto: Andreia Ravani.

Diante do exposto, percebemos que nos locais previstos para a revitalização do entorno da Igrejinha e construções do Centro de Memória dos Povos indígenas ocorreram grandes mudanças entre o projeto inicial, os objetivos do projeto de arqueologia que culminaram em uma modificação na paisagem desse local, e de certa forma agiu no sentido de descaracterização dessa paisagem arquitetônica colonial e natural. Vale salientar ainda, que a administração da igrejinha é de responsabilidade da diocese de Porto Velho, e que os funcionários e atendentes são disponibilizados pelo exército brasileiro. Ressaltamos que não houve estudos arqueológicos nos locais das fundações desses prédios.

Outro aspecto importante a se destacado, são as placas apresentadas informando que o local é um sítio arqueológico, sem haver nada que indique ou relacione as estruturas que sofreram a musealização, ou que identifique os locais de escavação. Percebemos três placas no local como vemos na figura 34 a seguir.



Figura 35– Placas de sítio arqueológico. Foto: Andreia Ravani.

Essas placas estão localizadas: na frente da igrejinha, outra na frente do Memorial Rondon e a outra no jardim em frente aos banheiros e café do lado esquerdo a entrada, e sem necessariamente indicar as áreas escavadas onde a proposta seria a meselização.

#### **2.4 Patrimônio arqueológico do sítio Vila de Santo Antônio área da igrejinha: impactos.**

A AIA (Avaliação de Impacto Ambiental) faz parte da Política Nacional do Meio Ambiente que avalia os impactos sobre o meio físico-biótico e sócio-econômico de qualquer atividade transformadora do meio ambiente acima de um determinado limite, definido pela Resolução CONAMA nº 001/86.

No caso dos recursos arqueológicos, impacto é qualquer alteração em seu status quo, desinente, direta ou indiretamente. Ações essas, que geram impactos, são denominadas ações impactantes. A avaliação de impacto ambiental é um instrumento preditivo, pois, busca o conhecimento prévio dos efeitos, sobre o meio ambiente, das ações necessárias à implantação de grandes projetos desenvolvimentistas.

Partindo dessa premissa, a análise de impactos ambientais transfigura-se num importante instrumento de planejamento, admitindo a tomada de decisões sobre os impactos, evitando danos, otimizando os benefícios e não ignorando os impactos. Embora a AIA não tenha caráter decisório, oferece importantes subsídios ao processo decisório. Vale salientar ainda, ao menos

em tese, que a AIA seja um instrumento democrático, pois imprime transparência aos dados sobre os quais se fundamenta o processo decisório, permitindo que a sociedade se posicione frente ao projeto em estudo e participe das decisões sobre sua implantação ou não e, em caso positivo, sobre o modo como se deve dar essa implantação.

Na Resolução nº 001, o CONAMA considerou, entre os fatores componentes do meio sócio-econômico, os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade. A partir daí arqueólogos começaram a ser chamados para participar dos estudos de impacto ambiental de grandes empreendimentos de engenharia civil (hidrelétricas, rodovias, ferrovias, dutovias, empreendimentos urbanísticos, etc.), com o objetivo de definir e avaliar os impactos desses empreendimentos sobre os recursos arqueológicos regionais.

Segundo Caldarelli (2007) em nosso país, o entendimento de impacto arqueológico geralmente é sobre a unidade básica da arqueologia, ou seja, o sítio arqueológico, ao ser túrbido mesmo que parcialmente, é compreendido que sofreu impacto em todo o sítio arqueológico, uma vez que ele não é restrito àquela parte especificamente, mas a uma unidade cujo sentido reside em sua totalidade (Caldarelli, 2007). Diante disso, o impacto no sítio Vila de Santo Antônio não é considerado apenas sobre a estrutura de seu domínio que foi afetado, mas, sobre todo o sítio arqueológico. Em decorrência do fato de que “o entendimento que salvamentos arqueológicos não podem ser reduzidos a exemplares de cultura material, embora esta coleta tenha de ser feita, mas à geração de conhecimento sobre o sítio que foi afetado”.

Segundo o IPHAN é permitido que a pesquisa fosse feita com mais intensidade sobre a parte diretamente afetada do sítio, mas a totalidade tem de ser pesquisada. Neste aspecto, o Sítio Vila de Santo Antônio parece não ter sido completamente observados. Esses métodos podem ser sugeridos pelo coordenador autorizado pelo IPHAN, os quais podem apresentar uma malha amostral mais espaçada no espaço não diretamente afetado, porém em intensidade suficiente para gerar conhecimento sobre o passado representado pelo sítio em que está sendo realizados os estudos.

Segundo Caldarelli (2007) “Grande parte do sítio, quando a malha é espaçada, fica registrada e reservada para pesquisa por gerações futuras, com outras preocupações teóricas, outras metodologia e tecnologias mais avançadas dos que as do tempo presente”

Vale salientar ainda, que o impacto sobre um sítio arqueológico pode, em sua avaliação de impactos, ser visto como um impacto sobre um sistema sociocultural pretérito, uma vez que sítios arqueológicos não são jamais isolados, mas representam elementos que se confrontam entre si e com a paisagem em que foram criados, já que esta foi escolhida por razões que apenas a pesquisa arqueológica aprofundada pode revelar.

Uma vez que o impacto foi considerado, e as medidas compensatórias foram exigidas pelo IPHAN, diante da complexidade e do porte do empreendimento, é necessário ainda, que haja um programa de Educação Patrimonial que precisa ser mais abrangente e que estimule mais parcerias para a proteção do patrimônio arqueológico, fomentando um programa de Educação Patrimonial melhor elaborado e a implementação de pesquisas que norteiem maior amplitude do espaço, permitindo assim, apresentar a função e o potencial do sítio vila de Santo Antônio que fora afetado no contexto socio-cultural passado.

É importante destacar que segundo o relatório da Scientia (2012), os trabalhos realizados tiveram uma duração de pouco mais de dois meses, e que atestam o potencial arqueológico de todo o entorno da Igreja de Santo Antônio, apontam a existência de áreas pontuais com alta densidade de materiais arqueológicos e de estruturas arqueológicas associadas às antigas edificações, que poderiam ser estudadas com mais precisão para apontar que edificações seriam essas, datas de construção etc., baseando-se principalmente pelo mapa de 1910. Além disso, apresentou uma enorme variedade artefatos presentes em seu subsolo como os fragmentos de vidros, remontando a diversos períodos e indicando os mais variados usos; os vestígios de louça, alguns com refinada decoração, podem remeter a usos e costumes dos homens e mulheres que viveram neste local entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX. Além de fragmentos de vidro e louça, que constituem



uma considerável variedade de vestígios como, restos de metal, garrafas, frascos, material construtivo, cartuchos de balas, botões e outros.

Diante de tanta riqueza arqueológica é possível que os trabalhos realizados no Sítio Vila de Santo Antônio tenham sido meramente uma formalidade das exigências feitas aos empreendimentos hidrelétricos, e que por sua vez, causaram impactos ao Sítio Vila de Santo Antônio e áreas adjacentes.

Nas observações para este estudo, ficou claro o descaso com o piso antigo, que deveria ter recebido uma atenção do tamanho da sua importância histórica, outro exemplo é o da igrejinha de Santo Antônio que não recebeu obras de restauração, não há marcações nem musealização das peças e estruturas encontradas até o momento. A importância de termos um lugar para visitação não é maior que o patrimônio arqueológico, muito pelo contrário, realizar um estudo mais aprofundado, sobre as estruturas, peças e todo o terreno é fundamental para descobrirmos mais sobre a trajetória do povo do nosso estado e como aconteceu essa saga que trouxe pessoas de todas as partes do mundo.

### **3. CAPÍTULO III - Sítio Vila de Santo Antônio área da igrejinha: Em defesa dos bens arqueológicos.**

#### **3.1 Ações em defesa dos bens arqueológicos no sítio Vila de Santo Antônio**

Ao perceber que a relevância da preservação de sítios arqueológicos não está concentrada apenas nas descobertas de bens materiais como artefatos líticos, material cerâmico, sepultamentos, restos faunísticos, estruturas, etc., mas também, no estudo do contexto em que estes bens foram identificados, permitindo, a reconstrução do ambiente e do espaço vivido por nossos antepassados, pudemos elaborar esse trabalho.

É fundamental que se tenha clareza do papel da Arqueologia tanto nas atividades de preservação, quanto nos resultados que são esperados dela. Dessa forma, é necessário compreender melhor quais abordagens dos procedimentos precisariam ser adotadas pelos arqueólogos responsáveis pelas “Pesquisas Arqueológicas”.

O Sítio trabalhado faz parte de um conjunto arquitetônico, identificado, registrado e tombado que remonta o período colonial e por isso, precisamos compreender melhor as fases do processo de intervenção no bem imóvel tombado no que se refere à Pesquisa Arqueológica, desde a etapa de elaboração dos projetos até a conclusão e a entrega da obra, permitindo uma visão crítica do trabalho que foi realizado no Sítio Vila de Santo Antônio, com o que temos por referência sobre tais processos, inclusive em fases de reocupação, que no caso da igrejinha, o projeto de intervenção poderia ter optado, por exemplo, pela exposição permanente do sítio arqueológico para visitação.

Diante dos fatos apresentados no decorrer do nosso estudo, além de alguns fatores que ficaram evidentes em relação ao projeto de recuperação e revitalização, ficou evidente a falta de profundidade nas pesquisas, a falta de

cuidado com as estruturas encontradas e a falta de pesquisa em outras áreas do entorno da igreja, que possuem enorme potencial arqueológico e estão expostas à mão do visitante.

Percebemos ainda, que a igreja de Santo Antônio, não recebeu nenhum tipo de restauração, o que ocorreu, foram apenas reformas como a troca do telhado, instalação do forro, centrais de ar condicionado, pintura interna e externa, piso com porcelanato etc. como evidenciamos nas imagens 23, 24, 25, 26 e 27 supracitadas.

Nesse sentido, uma sugestão, que no nosso entendimento poderia ter sido incorporada ao projeto, seria um processo de restauração da Igreja de Santo Antônio, pois, ao assumirmos que a Arqueologia é a ciência que estuda o homem através da sua cultura material, então, podemos afirmar que tudo que é produzido pelo ser humano está sujeito a uma análise na visão da Arqueologia. Assim, é possível contar a história a partir de fragmentos de um objeto ou até mesmo a partir de uma estrutura ou edificação, partindo da premissa, que ambos são concebidos pela humanidade e, por isso se pode dizer, que a Arqueologia estuda os bens culturais e que a materialização dessa cultura, é um bem cultural.

Assim, um projeto de restauração, ou de conservação de um bem cultural, deve ter em seus objetivos, a restauração e a sociabilização da história deste bem. No caso de edificações muito antigas, como a igreja de Santo Antônio, que normalmente não apresentam registros históricos disponíveis possam evidenciar toda sua existência, é que se faz necessário, ainda mais, a eficiência da Arqueologia, no que diz respeito ao resgate histórico, não somente para remediar a falta de dados bibliográficos, mas também, para fazer uma conexão com os poucos registros escritos existentes.

Diante disso, realizamos uma pesquisa documental e encontramos o Manual de Arqueologia Histórica, com intuito de analisar a metodologia dos trabalhos realizados no Sítio Vila de Santo Antônio com as metodologias propostas neste manual, que faz parte de um conjunto de manuais editados pelo IPHAN, com o apoio do Programa Monumenta. O objetivo desse manual é satisfazer às exigências referentes às orientações técnicas na gestão de

projetos de restauração ou de conservação dos bens imóveis tombados, que estão na tutela federal no que se refere à intervenção arqueológica. Ele tem ainda a intenção de suprir a necessidade de estabelecer procedimentos padrões, a serem adotados pelo Iphan.

O projeto no qual a Igrejinha e seu entorno estão inseridos, contemplam as fases básicas de um processo de intervenção no bem imóvel tombado quanto à pesquisa arqueológica exigidas pelo Iphan, esboçando a recuperação e revitalização nas suas etapas de elaboração do projeto até a conclusão e a entrega da obra.

Com sugerimos acima, segundo nossa perspectiva, uma das ações que poderia ser mais efetiva em defesa dos bens do Sítio Vila de Santo Antônio poderia ser a Restauração da igrejinha que segundo o Manual da Arqueologia Histórica, a arqueologia pode ser inserida em três situações, a primeira em projetos de restauração, a segunda em projetos de conservação e a terceira em projetos em andamento.

Segundo o manual os projetos de Restauração são:

Projetos cuja intervenção contemple todas as etapas, desde a fase de estudos e projetos, definição de uso, passando pela execução da obra civil até a fase de reocupação. São projetos cuja intervenção é de médio a grande porte e, conseqüentemente são, também, oportunidades imperdíveis de se produzir o máximo de conhecimento possível sobre o bem a ser restaurado. Neste caso, a Arqueologia deverá ser aplicada em todo o processo da intervenção. (NAJJAR, 2005).

Já os projetos de conservação segundo o manual são:

Intervenções menos impactantes que os projetos de Restauração. Entretanto, ao realizarem reparos em pisos, em paredes, em telhados, etc., esses projetos geram uma gama de informações sobre o bem protegido e são, portanto, momentos férteis para a produção de conhecimento. O conhecimento, produzido a partir dessas intervenções, permite, inclusive, uma revisão nos resultados do projeto de conservação, como, também, uma melhoria na gestão deste bem protegido. (NAJJAR, 2005)

E por fim, apresenta os projetos em andamento que conforme o manual:

Se aplica às obras em andamento, de projetos de restauração ou conservação, iniciadas antes da aplicação deste Manual. Estes casos específicos deverão ser analisados por equipe do **Iphan**, composta por arqueólogo e outros técnicos, conforme a especificidade da intervenção. Caberá a esta equipe identificada a fase em que se encontra a intervenção no bem, avaliar a pertinência da realização da pesquisa arqueológica, e definir os procedimentos que permitam sua execução. (NAJJAR, 2005)

No caso do sítio vila de Santo Antônio, como sugerimos, poderia ser feito um projeto de restauração da igrejinha que passaria por três etapas sucessivas, onde a primeira seria a Avaliação do Potencial Arqueológico, a segunda é a Pesquisa Arqueológica e a terceira, é a Utilização dos Vestígios.

A etapa de Avaliação do Potencial Arqueológico segundo Najjar, 2005:

“Se insere na coleta prévia de dados para a elaboração do Projeto Arquitetônico e, portanto, é anterior às obras civis, uma vez que tem como objetivo subsidiar a elaboração do projeto de intervenção. É neste momento que se define o uso futuro da edificação. Recomendamos que fique definido, *a priori*, que os vestígios a serem evidenciados pela Arqueologia poderão ser incorporados ao uso do bem, como, por exemplo, um *museu-sítio arqueológico*. ” (NAJJAR, 2005).

É importante destacar que a velocidade das ações neste caso, depende do que a Avaliação do Potencial Arqueológico aponta, ela indicará se o projeto prossegue para as próximas etapas ou não, mediante o aprofundamento dos estudos realizados que verificarão se todas as possibilidades de aquisição de conhecimento sobre o bem foram esgotados.

A segunda etapa segundo Najjar, 2005 diz que, “No caso do resultado da Etapa I indicar a necessidade da continuidade das pesquisas, esta poderá acontecer durante o período das obras civis”. Ainda segundo a autora esta etapa se divide em duas fases. A primeira é a fase de Elaboração do Projeto de Pesquisa Arqueológica que tem a premissa de aperfeiçoar os dados adquiridos na primeira etapa por uma equipe multidisciplinar que poderá ser composta por Arquiteto e Engenheiro especialistas e/ou com experiência em restauração e Arqueólogo. É necessário que haja harmonia entres estas áreas na realização das atividades, para o pleno êxito do projeto de restauração. A segunda fase é a Execução da Pesquisa que pode ser realizada durante as obras de

restauração, e ao final do trabalho o arqueólogo coordenador poderá apresentar um relatório final observando todos os dispostos necessários.

E por fim, a terceira etapa que consiste na Utilização dos Vestígios, que deve estar em harmonia com que foi apresentado na primeira etapa do projeto de restauração, pois é a partir da terceira etapa que será definitivamente definido o que acontecerá com os vestígios encontrados, diante disso, pode acontecer duas opções, ou seria feita a integração dos vestígios arqueológicos ao bem, ou seja, sendo aproveitados integral ou parcialmente após as obras para exposição, (Najjar, 2005), cita dois exemplos para elucidar essa premissa que segundo ela:

Este aproveitamento pode culminar na implantação de um *Museu-Sítio Arqueológico*, como o criado na Igreja de Nossa Senhora da Assunção (Anchieta/ES), que aproveitou quase a totalidade das estruturas expostas. Ou pode optar pelo aproveitamento parcial dos vestígios, como no caso do forno da primeira Casa da Moeda do Brasil, que permaneceu exposto no Paço Imperial (Rio de Janeiro/RJ). (NAJJAR, 2005)

Poderia ainda optar pela não integração dos vestígios arqueológicos ao Projeto. Nesse caso, as escavações são fechadas, utilizando-se para isto, o forramento com tiras plásticas e por fim, preenchendo com sedimentos liberando a área para que seja utilizada para outros objetivos. Como é o caso do que aconteceu no projeto realizado no Sítio Vila de Santo Antônio. Que realizou as pesquisas para que pudesse ser construído o centro de visitas não fazendo o devido resgate que o sítio merecia.

Diante do exposto, a nossa sugestão para realização de uma restauração e a opção por integrar os vestígios aos bens são as melhores opções para a defesa desses bens arqueológicos do sítio vila de Santo Antônio, principalmente com a criação de um museu-sítio arqueológico. Nossa crítica nesse primeiro momento não incide sobre a proposta do Memorial Rondon que tem sua importância para a história, mas acreditamos que deveria ter se seguido o projeto original e dado continuidade à proposta de musealização da área, acrescentando assim ainda importância no que

representa a Igrejinha de Santo Antônio e seu entorno para a história do nosso estado e conseqüentemente do país.

Segundo relatório emitido pela Scientia Consultoria (2012) o intuito primordial seria o de preservar o patrimônio arqueológico e ao mesmo tempo compatibilizar com as necessidades do Projeto de Recuperação e Revitalização da Área Onde se encontra a Igreja Santo Antônio.

Entretanto, o mesmo sugeriu poucas ações: entre elas a primeira diz que “que não sejam feitos grandes movimentos de terra, visto que em toda a área encontramos a presença vestígios arqueológicos” (Scientia, 2012) atestando que ainda existe um grande potencial arqueológico em toda área adjacente à igrejinha.

A segunda “que se faça um esforço para realização somente das escavações extremamente necessárias para a implantação das estruturas do projeto de recuperação e revitalização” (Scientia, 2012), assim, é notório a preocupação do empreendimento apenas atender as exigências feitas pelos órgãos competentes para compensação, deixando de lado toda complexidade e importância que estudos mais aprofundados poderiam proporcionar a história e a sociedade como um todo.

A terceira recomendação do relatório é “Que os acessos sejam feitos sem pavimentação asfáltica ou outro tipo de pavimentação que inviabilize pesquisas futuras (e.g., escavações) nas áreas pavimentadas” (Scientia, 2012).

Q quarta é “que se prefira o uso de pisos intertravados do tipo bloquete1 não superior a 6 cm, para que o piso possa acompanhar a topografia natural do lugar”.

A quinta, diz “que os funcionários da empresa que executará a obra possam receber treinamento da equipe responsável pelos trabalhos de arqueologia feitos na área” (Scientia, 2012).

A sexta recomendação é “que as obras sejam monitoradas por equipe de arqueologia” e a sétima e ultima recomendação é “que não se construa nada sobre o piso de antigo imóvel identificado na área.” Entretanto, como já mencionamos não houve nenhuma marcação ou processo de musealização

desta estrutura e que ao passar do tempo está sendo ainda mais danificada sem que haja estudos cuidados para com o mesmo.

Pela falta de ações realmente consistentes em defesa dos bens arqueológicos, pudemos elencar algumas críticas veementes ao trabalho da arqueologia contratada que de certa forma, recai sobre o trabalho dos arqueólogos que por sua vez, realizam seus estudos em condições mínimas de tempo ou de equipe e não vem conseguindo garantir a preservação ou estudos minuciosos do patrimônio arqueológico.

É preciso realmente realizar apontamentos sobre o que está acontecendo e é notório que alguns questionamentos sejam feitos como: o que podemos fazer pela ciência e pelo patrimônio para que sítios arqueológicos sejam de fato preservados? Qual respaldo sobre continuidade do trabalho temos em entregar relatórios ou laudos ao empreendedor e IPHAN que permitam a conclusão de obras sob condições que deveriam contribuir na educação e na perpetuação do conhecimento em defesa do patrimônio arqueológico e não são cumpridas?

A nosso ver, além de todas as premissas já elencadas acima, são necessárias, ações de educação patrimonial mais efetivas, com projetos que possam promover experiências de criação e expressividade artística como por exemplo, inserção de oficinas lúdicas com temas arqueológicos, focado em faixas etárias distintas, com objetivo de trazer o contato com momentos de intensa produção cultural. Com isso, a aproximação e sentimento de cuidado serão compartilhados entre a comunidade, outra ação é aproximação das escolas com inserção de atividades referente a este patrimônio com visitas e oficinas inseridas no calendário escolar que possibilitaria uma ampla conscientização e pertencimento ao patrimônio por parte dos alunos das nossas escolas empoeirando-os, sobre a importância da história e da arqueologia na formação da cidadania, enfim, uma série de ações contínuas, de responsabilidade do empreendedor que poderiam contribuir fortemente com a preservação dos bens arqueológicos, nesse caso do do Sítio Vila de Santo Antônio.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que o cuidado com patrimônio arqueológico é uma tarefa que não deve estar a cargo somente de órgãos governamentais. É preciso que esteja presente no nosso dia a dia, nas universidades, nas escolas, nas empresas etc. Precisamos entender que também podemos promover a preservação desse patrimônio, com atitudes de denúncia principalmente. A tentativa de demonstrar aos cidadãos, sejam eles crianças, jovens ou adultos, o quão importante são esses bens culturais, para a preservação de sua própria história, inserindo-os também na luta pela preservação do patrimônio arqueológico e nesse caso, do Sítio Vila de Santo Antônio.

Este trabalho apresentou uma série de estudos que tinham o intuito de compreender melhor as principais ferramentas de proteção, e preservação de um sítio arqueológico histórico em uma área específica do mesmo: o sítio vila de Santo Antônio.

Com enfoque na área adjacente a igrejinha, fizemos um levantamento teórico sobre os impactos que geraram mudanças da paisagem. Ilustramos os principais aspectos da arqueologia preventiva no Sítio Vila de Santo Antônio, da sua paisagem e do seu patrimônio arqueológico, e por fim, fizemos uma abordagem em defesa dos bens arqueológicos com foco na arqueologia preventiva, elucidando que lugares como este podem ser evidências da presença humana e da ocupação desse território em época colonial.

Analizamos os relatórios e laudos emitidos pela Scientia Consultoria, que fazem alusão às atividades que aconteceram na área do entorno da igrejinha e que segundo eles, essas atividades tiveram o intuito de visualizar a abertura dos locais das fundações da área a ser construído o café, banheiros e caixa d'água ligados ao Memorial dos Povos Indígenas, bem como a retirada do piso da entrada da Igreja Santo Antônio, e a manutenção do piso antigo encontrado durante a escavação da área. Fizemos uma visualização in loco dessas descrições e constatamos que há muito a ser feito em relação ao sítio Vila de Santo Antônio.

Diante disso, há uma preocupação sobre o papel de órgãos fiscalizadores e o trabalho arqueológico realizado nesta área inclusive, a ausência da parceria da Universidade Federal de Rondônia que é outro fator preocupante, dada importância de uma parceria deste tipo.

Percebemos que os estudos de impactos não dão conta de demonstrar a grandeza e a fragilidade de uma localidade com a dimensão do sítio Vila de Santo Antônio e, uma pergunta permeia nossas cabeças: o quanto os relatórios e laudos ajudam na defesa de bens arqueológicos como este? Além destes surgiram outros questionamentos que futuramente devem ser respondidos tais como: Porque a Universidade Federal de Rondônia não assumiu seu papel na parceria firmada para o centro de exposições arqueológicas?

Em nossas pesquisas vimos que o prédio está abandonado sem nenhuma previsão de inauguração para visitação. Outra questão seria, porque não houve desde o início destas obras “compensatórias” a iniciativa de um projeto de restauração da igreja de Santo Antônio? Dada a importância religiosa, histórica que este patrimônio tem, seria fundamental um projeto que primasse por esta via.

E ainda, porque o piso antigo e a outra estrutura de tijolos foram ignoradas? Sendo que foi confirmado pela Scientia Consultoria em seus relatórios que são estruturas pretéritas e que podem contribuir enormemente com a historiografia daquele lugar, podendo ser musealizadas, acontecimento esse que após 5 anos de conclusão da obra não se iniciou?

Diante do exposto, acreditamos na importância de continuar essa discussão e leva-la para toda a sociedade. Agir em defesa dos bens arqueológicos do Sítio Vila de Santo Antônio, não é tarefa fácil, porém, acreditamos na forma coletiva, na educação e cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 26/03/2017

BRASIL. Lei 3.924, de 26 de julho de 1961. **Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e préhistóricos.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3924.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm). Acesso em: 25/03/2017.

CALDARELLI, S. B. (2007) – Pesquisa arqueológica em projetos de infraestrutura: a opção pela preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Brasília. 33, p. 153-174.

\_\_\_\_. Arqueologia preventiva e licenciamento ambiental de projetos no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Brasília. p. 21-25.

CACCIATORE, Luca e CACCIATORE, Sandra Pereira. Legislação aplicada aos crimes contra os sítios arqueológicos: (in)eficácia da prevenção e aplicação das penas. **Revista Unifebe.** v. 1, n. 14 (2014). Disponível em: <<http://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/viewFile/343/147>>. Acesso em 31/03/2017.

COUTO Alexandre. Publicada nova Instrução Normativa IPHAN nº 1/2015 que estabelece os procedimentos para a participação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN nos processos de licenciamento ambiental. **Saesadvogados,** 2015. Disponível em: <http://www.saesadvogados.com.br/2015/04/07/a-participacao-do-iphan-no-licenciamento-ambiental/>. Acesso em: 20/03/2017.

COSGROVE, D. **Social formation and symbolic landscape:** with a new introduction. Madison: The University of Wisconsin Press, 1984.

CRUZ, Osvaldo. **Saneamento da Amazônia.** Manaus Philippe Daou S. A./1972.

FAGUNDES, Marcelo. **Sistema de assentamento e tecnologia lítica:** organização tecnológica e variabilidade no registro arqueológico em Xingó, Baixo São Francisco, Brasil. Tese de doutoramento, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Ferrovia do Diabo**, São Paulo, melhoramento, 3ª edição, 1972.

FUNARI, Pedro Paulo A. (Org.). **Arqueologia Histórica e cultura material**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. p. 7-34.

\_\_\_\_\_. Teorias e métodos na arqueologia contemporânea: o contexto da arqueologia histórica. **Mneme Revista de Humanidades**, Caicó, v. 6, n. 13, p. 1-5, dez. 2004. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme13/124.pdf>. Acesso em: 13/03/2013.

GOJDA, Martin. **Archaeology and landscape studies in Europe: approaches and concepts**. IN: DARVILL, T. & GOJDA, M. Onde Land, Many Landscapes. Papers from a session held at the European Association of Archaeologists, Fifth Annual Meeting in Bournemouth. Bar International Series, pp.9-18,2001.

GOMES, R. N. C. **Paisagem, História e Cultura Material - o Sítio Vila de Santo Antônio em Rondônia, Sob a Perspectiva da Arqueologia Histórica**. Qualificação de Mestrado, UFPA. 2012.

Governo do Estado de Rondônia. **Folder**,1986. Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Turismo – Dep. De Cultura.

HUGO, Vitor. **Desbravadores**, Vol. I. São Paulo Escolas Profissionais Salesianas, 1ª Edição, 1959.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Patrimônio Imaterial, Iphan. 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso 23/03/2017.

LIMA, Tania Andrade. Arqueologia Histórica no Brasil: um balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 225-262, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script->

[sci\\_arttext&pib=s0101-47141993000100015&lng=en &nrm=iso](#). Acesso em: 12/03/2017.

\_\_\_\_\_. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 7-23, 2002.

LIMA, Leilane Patrícia de. **Contribuição para a arqueologia histórica em Angra dos Reis**: as fortificações em Ponta Leste – um estudo de caso. 2008. 228 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LENO, Anderson. Um pouco de história: O povoado de santo Antônio. **trilhosderondônia**, 2011. Disponível em: <http://trilhosderondonia.blogspot.com.br/2011/09/um-pouco-de-historia-o-povoado-de-santo.html>. Acesso em 03/04/2017.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimó**. IN: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Edusp, pp. 237-331, 1974a.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre a Dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. IN: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Edusp, pp. 37-184, 1974b.

NAJJAR, Rosana. **Arqueologia histórica**: manual. Brasília: IPHAN, 2005.

NASCIMENTO, Cláudia Bibas do. **Múltiplos olhares sobre a presença negra na Lapa – Paraná**: história e arqueologia (séculos XIX e XX). 2009. 237 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NEVES, Eduardo Goes. **Arqueologia da Amazônia**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed. 2006. P. 7-15.

ORSER JR, Chales E. **Corrientes teóricas en Arqueologia Histórica**. 2000.

ROOSEVELT, Ana Curtenius. **Arqueologia Amazônica**. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo, 1992.

SILVA, Antônio Cândido da. A igreja de Santo Antônio do Rio Madeira. **Gentedeopiniaio**, 2008. Disponível em: <http://www.gentedeopiniaio.com.br/noticia/a-igreja-de-santo-antonio-do-rio-madeira/31748>. Acesso em 05/04/2017.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Relatório 1. Arqueologia na Área do Projeto de Recuperação e Revitalização da Área Onde se Encontra a Igreja de Santo Antônio.** Scientia Arqueologia Científica/Santo Antônio Energia S.A.2012

SCHIFFER, M. B. *Archaeological Context and Systemic Context.* American Antiquity, 37 (2), pp. 156-165, 1972.

SYMANSKI, Luís Cláudio P. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flávia Prado (Orgs.).

**Cenários regionais em arqueologia brasileira.** São Paulo: Annablume; Porto Seguro, BA: Acervo, 2009. p. 279-310.

SZNICK, Valdir. **Direito Penal Ambiental.** São Paulo: Ícone, 2001.